

REPRESSÃO E RESISTÊNCIA: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985)

REPRESSION AND RESISTANCE: the great press in Brasilia during the Military Dictatorship (1964-1985)

REPRESIÓN Y RESISTENCIA: la gran prensa en Brasilia durante la dictadura militar (1964-1985)

Raphael Diego Greenhalgh

Pós-doutor em Ciência da Informação (Universidade Federal Fluminense). Bibliotecário de Obras Raras da Biblioteca Central da UnB. raphaelrdg@bce.unb.br.

 0000-0002-9625-5854

Correspondência: Biblioteca Central da UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A. CEP: 70910-900. Brasília - DF, Brasil.

RESUMO:

A censura na Ditadura Militar tem origem nos processos de repressão à imprensa institucionalizados ainda no Estado Novo. No governo militar, além da censura prévia, existiu também uma repressão difusa aos meios de comunicação, exercida a partir de métodos como: vigilância, perseguição e punição de jornalistas e coação dos veículos da imprensa a partir de auditorias fiscais e controle de publicidade governamental, entre outros meios. Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar a relação da grande imprensa nacional presente em Brasília, dos maiores veículos da imprensa local e dos jornalistas baseados na cidade, com o aparato censório do regime militar. A partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, foi realizada uma análise documental dos materiais presentes em arquivos, comissões da verdade e de entrevistas com jornalistas. Verificou-se que apesar da repressão à grande imprensa em Brasília, também existiram iniciativas de resistência.

PALAVRAS-CHAVES: Censura; Grande imprensa; Brasília; Ditadura Militar; Liberdade de imprensa.

Recebido em: 03.04.2020.

Aceito em: 27.05.2020.

Publicado em: 01.07.2020.

Introdução

A censura no Brasil tem sido usada de forma organizada em diversos períodos políticos, principalmente em momentos que se instalaram governos autoritários no país. Por exemplo, durante o Estado Novo (1937-1945) foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que institucionalizou e sistematizou a censura à imprensa e às diversões públicas. Uma das ações deste órgão contra a imprensa que se destacou foi a invasão e tomada de controle do jornal *O Estado de S. Paulo*, em março de 1940, mantendo-o sob domínio do Estado por cinco anos (SMITH, 2000). Muitas das

características da censura do Estado Novo sobreviveram após o fim deste governo e foram mantidas pós-1964, principalmente a proibição de publicações que ameaçassem a ordem política e social e os critérios para a censura das diversões públicas, que foram pouco alterados do DIP para o seu sucessor, o Serviço de Censura e Diversões Públicas. Órgão que posteriormente, foi o responsável pela censura prévia às diversões públicas na Ditadura Militar, tornando-se a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em 1972.

A censura na Ditadura Militar se deu de forma difusa, com diversos meios empregados para a repressão à imprensa. Neste período, a censura prévia às diversões públicas se apresentava de modo legalizado, a partir da DCDP, que agia principalmente no controle de conteúdo que atentasse contra a moral e os bons costumes. Enquanto, ao mesmo tempo era mantida pelo governo uma face secreta da censura, aquela exercida a partir do Ministério da Justiça, determinando qual conteúdo de teor político podia ser vinculado pela imprensa.

No regime militar também foram empregados outros métodos de coação e intimidação à imprensa, como a vigilância, prisão, perseguição judicial e tortura de jornalistas; auditorias fiscais, controle de publicidade governamental, de empréstimos vindos dos bancos públicos e de outros financiamentos, liberados de acordo com a colaboração e submissão do jornal ou revista ao governo. Também existiram ações de interferência na venda e distribuição de exemplares da mídia impressa, como os casos de apreensões de edições, prisões de vendedores e atentados em bancas de jornais.

No presente trabalho foram consideradas como ferramentas do aparato censório, todas as medidas de repressão contra a imprensa. Pois, elas eram adotadas com a intenção de coagir e dissuadir os jornalistas e os meios de comunicação a produzir apenas notícias que se alinhassem com o interesse governamental. De modo que, os diversos métodos empregados tinham como objetivo direto ou indireto a "proibição de publicar e divulgar ideias, notícias, imagens e conceitos que [eram] considerados, pelas autoridades, como elementos capazes de abalar a autoridade do governo, ou a ordem social e moral", como se apresenta o conceito de censura adotado por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 76).

Neste contexto de repressão, torna-se importante verificar qual a idiosincrasia da relação dos principais veículos da imprensa local de Brasília, das sucursais brasilienses dos grandes jornais brasileiros, dos jornalistas baseados na cidade e dos veículos de notícias impressos que circulavam na capital federal, com o aparato censório. Pois, a

condição de sede do Governo Federal cria em Brasília, principalmente nos anos 1960 e 1970, uma condição simbiótica entre a atuação jornalística e as fontes governamentais. Ao mesmo tempo que existe uma governabilidade e uma experiência cidadã local, na qual um morador da cidade poderia ter contato com o poder federal na mesma medida que os demais brasileiros, como se fossem residentes de qualquer outra cidade do país.

Para o entendimento da repressão à imprensa ocorrida em Brasília, foi realizado um estudo exploratório-descritivo, devido à pouca produção científica sobre as especificidades da censura com este recorte espacial e temporal e da narrativa destes casos na capital federal. A pesquisa qualitativa foi possível a partir de uma análise documental da produção presente nos Arquivo Nacional (AN) e com levantamentos feitos também nos processos judiciais do Superior Tribunal Militar (STM), presentes no projeto *Brasil: nunca mais* e nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJP-DF) e Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas. Além das entrevistas realizadas com os jornalistas Armando Sobral Rollemberg e Hélio Marcos Prates Doyle, com atuações profissionais ligadas à grande imprensa, durante a Ditadura Militar.

Censura na Ditadura Militar (1964-1985)

A censura no Brasil vem de longa data, desde o início do período colonial, sendo por exemplo, razão da chegada tardia da imprensa no país, em 1808 (CARNEIRO, 2002). Apesar de revogada a censura prévia em 1821, também no Primeiro Reinado existiu controle sobre a imprensa, como no caso da perseguição aos jornalistas e jornais feita por José Bonifácio, Ministro dos Negócios do Reino, com o intuito de punir aqueles que confrontavam D. Pedro I (NUNES, 2010). Já a República nasce sob o signo da censura, com episódios de empastelamentos¹ de jornais considerados monarquistas (MARTINS, 2008). Assim como, durante o Governo Vargas será criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, que foi o órgão censor deste período e que também serviu como base para a censura às diversões públicas durante a Ditadura Militar (GOULART, 1990).

No regime militar foi montado um aparato de repressão, com a missão de vigiar, perseguir e punir os inimigos políticos do governo. A censura exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e pelo Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB)

¹ Empastelamento: amontoado confuso de caracteres tipográficos. Mistura de tipos. (Faria & Pericão, 2008, p. 278)

do Ministério da Justiça era uma das pernas do tripé repressivo, junto com a produção de informações e a vigilância/repressão policial, a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações) (NAPOLITANO, 2014). O regime militar se adaptou, ao longo de duas décadas, diante das novas circunstâncias que iam se apresentando, tanto com o objetivo de se institucionalizar, quanto de enfrentar desafios. Mas, apesar desta adaptação, sempre foi mantida a meta dupla de segurança e desenvolvimento, no sentido de obter controle e erradicar conflitos, assim como de estimular o crescimento econômico a qualquer preço (SMITH, 2000).

Nos diversos momentos repressivos sobre a área cultural, os processos censórios foram articulados de formas diferentes em termos de estrutura e de alvos. Entre 1964 e 1968 houve censura de forma mais episódica, como no caso do fechamento do *Correio da Manhã*. Mas, devido a impressão geral de que a intervenção política podia ser breve, os primeiros anos do governo militar não demandou tanto esses serviços (FICO, 2002).

Após a implementação do Ato Institucional número 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, a censura sobre a imprensa se intensificou e tornou-se rotineira (FICO, 2002). Neste segundo momento, a censura às diversões públicas se estruturou a partir da Lei de Censura, de novembro de 1968, do Decreto-lei Nº 1.077, de janeiro de 1970, que instaurou a censura prévia e da centralização do processo censório na DCDP, em Brasília, em 1972. Enquanto a censura à imprensa foi feita, principalmente, com a proibição de notícias por meio dos “bilhetinhos”² do Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB) do Ministro da Justiça (NAPOLITANO, 2014). Com o fim da censura prévia, em 1978, iniciou-se o terceiro momento da repressão, em que a censura deu ênfase ao controle da moral e dos bons costumes, arrefecendo o controle policial sobre a oposição cultural ao regime (NAPOLITANO, 2014).

A censura feita às diversões públicas divergia da censura à imprensa, a primeira era legalizada, enquanto a segunda era exercida pelos militares de forma envergonhada, de modo que, por algum tempo, o governo tentou exercê-la sem admiti-la (FICO, 2002). Por isso, Doberstein (2007) defende que havia uma censura oficial, realizada pela DCDP, e outra clandestina, feita principalmente pelo SIGAB. A censura exercida pela DCDP era

² Os bilhetinhos propriamente ditos eram levados a cada jornal por um policial de nível inferior. (...) O bilhetinho era apresentado a um membro da equipe do jornal, alguém com certo grau de responsabilidade. Quem recebia o bilhetinho copiava seu conteúdo, não era permitido tirar cópia, mesmo de proibições mais longas. (SMITH, 2000, p. 141)

burocrática em dois níveis: um preventivo (censura prévia) e outro punitivo (processos judiciais); se aliando também a uma censura coercitiva exercida pela ala radical do Exército e pela polícia, principalmente a ligada ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) (Berg, 2019). Já “a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não” (FICO, 2002, p. 258).

De um modo geral, na censura das diversões públicas prevaleciam os cortes sobre os temas de natureza comportamental ou moral. Enquanto na censura à imprensa figurava com maior frequência, cortes direcionados aos assuntos políticos. Contudo, os censores especializados em censura política não se privavam de fazer objeções sobre a nudez, por exemplo. Assim como, os censores da DCDP também estavam sempre atentos às questões políticas. Com a diferença que a censura moral era assumida orgulhosamente na Divisão, mas o uso da censura às diversões públicas para os cortes políticos era tratado de maneira sigilosa e causava desconforto aos censores (FICO, 2002). Portanto, a censura moral praticada pela DCDP era de conhecimento do grande público, enquanto a censura política exercida à imprensa, tanto pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, quanto pelo SIGAB, era sigilosa, não podendo os jornais questioná-la ou indicar sua existência aos seus leitores.

Para além da censura prévia aplicada à imprensa, também ocorria por parte do regime uma série de outras modalidades de controle das empresas jornalísticas e dos jornalistas, nominadas por Smith (2000) como “animosidade difusa”. A autora afirma que tais ações eram tão generalizadas no regime que não necessitavam de uma direção ou coordenação central, consistindo entre outras coisas em pressões contra as empresas jornalísticas, a partir do bloqueio das publicidades e dos financiamentos vindos do governo. Ou mesmo, a partir de apreensões de exemplares de jornais, da pressão produzida sobre donos, diretores e jornalistas por meio de processos judiciais, ou da negativa de credenciais aos profissionais da imprensa para cobertura de órgãos do governo, ou ainda com os processos de sequestro e tortura destas pessoas e de outros que publicassem informação “subversiva”. Para este trabalho, todas as formas de interferência na produção e circulação de notícias foram consideradas como partes do aparato censório. Sendo identificadas várias ações da “animosidade difusa” usadas no território do Distrito Federal contra as associações jornalísticas, os jornalistas e os veículos da imprensa.

A grande imprensa em Brasília

A grande imprensa no período da Ditadura Militar consistia nos diários, revistas e emissoras de rádio e televisão tradicionais, das principais cidades do país, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham os veículos de maiores circulação e reputação. Contudo, todas as demais cidades de grande e médio portes também tinham seus jornais. Em termos de estilo e apresentação das matérias, comumente a grande imprensa era classificada como liberal, assim como sua identidade política era no sentido de apoio ao status quo, como acontecia por exemplo, com os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* (SMITH, 2000).

Em relação ao funcionamento da imprensa em Brasília é necessário observar que por ser sede do Governo Federal, todos os grandes veículos nacionais tinham sucursais na cidade. Para suprir a demanda profissional neste período, no início, os jornalistas vinham de outras cidades e se instalavam na capital recém-inaugurada. Catanhêde (1993) revela que a opção do jornalista por atuar em Brasília estava relacionada geralmente com as vantagens profissionais e financeiras que se apresentavam neste local. Entre os benefícios estavam: o salário maior, mais que o dobro de outros locais, a possibilidade de morar bem e quase de graça, nos imóveis fornecidos pela Nova Capital (Novacap), o financiamento de veículos particulares por alguns jornais, além da possibilidade do duplo emprego na imprensa e do “cabide” de empregos nos órgãos públicos.

“Todos os jornalistas eram também funcionários públicos”, informa Evandro Carlos de Andrade. Castelinho era procurador do DNER, Fernando Pedreira era oficial de chancelaria do Itamaraty e o próprio Evandro, tesoureiro do Ministério da Fazenda até 1971. Isso, só para abrir uma lista que não pouparia, praticamente, ninguém dos velhos tempos de Brasília (CATANHÊDE, 1993, p. 83)

Em Brasília, mesmo o jornalismo local foi, quase sempre, um jornalismo nacional, de modo que estas circunstâncias propiciaram o surgimento de “relações especiais” entre proprietários de jornais, chefes de sucursais ou diretores de emissoras afiliadas e os diferentes setores dos poderes da República (LIMA, 1993). Neste contexto, por exemplo, nasce a revista *Fatos e Fotos* por meio de uma promessa feita por Adolfo Bloch, presidente da Bloch Editores, ao presidente da república, Juscelino Kubitschek, de que editaria um tabloide na nova capital do país.

Esta simbiose advinda do governo JK com a *Fatos e Fotos*, por certo continuou no regime militar. Pois, em cópia de documento do Serviço Nacional de Informação (SNI),

de 28 de outubro de 1971³, encaminhada ao Ministro da Justiça, havia denúncia que duas revistas do grupo da Bloch Editores, *Manchete* e *Fatos e Fotos*, junto com a revista *Realidade* haviam publicado matérias que exaltavam a China comunista de Mao Tsé-Tung, onde “os artigos publicados procura[va]m mostrar, quase que exclusivamente; aspectos positivos da CHINA COMUNISTA em todos os setores, desde o progresso cultural até a melhoria do padrão de vida do povo”. Apresentando também a relação de privilégio destas revistas com o sistema censório, pois o documento dizia que havia um acordo de cavalheiros entre os Diretores destes veículos com o Departamento de Polícia Federal (DPF), para que não fossem censurados previamente. Visto que, se comprometeram a publicar apenas reportagens de acordo com a linha política do Governo⁴.

A *Fatos e Fotos* foi novamente denunciada ao Ministro da Justiça, em 1977, por um juiz da Vara de Menores de São Paulo. Segundo o magistrado, a edição n. 818, de 25 de abril de 1977, trazia três matérias que atentavam contra a moral e os bons costumes, intituladas *Mulher com mulher não dá pé*, *Por conta do Esquadrão da Morte* e *O inglês Michel Ireland matou a menina*. Apresentando também parecer de sua Assessoria de Imprensa e Literatura, que atestou que:

“estas 3 matérias afetam a moral e os bons costumes. Ao nosso ver, estas reportagens não deveriam ser inseridas em revistas, ou qualquer outro órgão de divulgação de livre acesso, pois, além de em nada contribuírem para a solução dos problemas apresentados, são péssimos exemplos a quem quer que seja. E, além disso, está cientificamente comprovado que pessoas aparentemente normais, mas, potencialmente anormais, encontram nesses exemplos motivo para exteriorizar suas anormalidades. É comum haver repetição dessas anormalidades após a divulgação pela imprensa.”

Em resposta à denúncia, o Diretor da DCDP comunicou ao juiz⁵ que havia emitido advertência à Bloch Editores S. A., que caso continuassem a publicar aquele tipo de matéria, teriam que enviar a revista para a censura prévia.

³ Documento presente no Arquivo Nacional (AN) com código de referência: BR RJANRIO TT.0.MCP, AVU.249

⁴ A Portaria n. 209, de 16 de abril de 1973, determinava que as revistas deveriam se cadastrar junto à DPF e poderiam estar liberadas de censura prévia, podendo a liberação ser revogada caso “sobrevierem motivos justificados pelo interesse da moralidade pública”. Contudo, em 1971, a liberação parece ser uma atitude atípica, conforme questiona o referido documento.

⁵ Denúncia, parecer e resposta da DCDP presente no AN, no fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, seção Censura prévia, série Publicações, com código de referência: BR DFANBSB NS.CPR.PUB.338.

Em Brasília também era simbiótica a relação do jornalista com suas fontes, principalmente, por serem em sua grande maioria fontes oficiais, composta de burocratas do “primeiro escalão” do governo federal (LIMA, 1993). Além do contato repetido com um número reduzido de fontes do mesmo tipo e a existência de poucos jornalistas, analistas e comentaristas políticos consolidados nesta função em Brasília, Lima (1993) também ressalta a proximidade social e/ou geográfica como um dos fatores da concretização desta simbiose. Visto que, até mesmo relações de parentesco podiam surgir neste contexto, devido a cidade nova oferecer reduzidas opções de lazer, com os jornalistas ou seus filhos frequentando as mesmas escolas e universidades, os mesmos restaurantes, clubes e residirem nos mesmos bairros que suas principais fontes, ou que os filhos delas. Por isso, o autor salienta que é necessário levar em conta essas implicações profissionais e sociais na atuação do jornalista e/ou na construção das notícias em Brasília, principalmente em um país onde prevalece a autoridade hierárquica do “você sabe com quem está falando?”.

Alguns dos jornalistas formados e atuantes na cidade também apresentavam relação de parentesco direta com pessoas do alto escalão governamental. De modo que, por vezes esta condição influenciava na interação entre estes profissionais e os órgãos repressores. O jornalista Hélio Marcos Prates Doyle relata em entrevista para a Comissão da Memória e Verdade, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJP-DF)⁶ uma situação que ilustra esta diferenciação de tratamento que podia existir em Brasília. Em setembro de 1970, agentes da Polícia Federal (PF) foram ao *Correio Braziliense*, onde Hélio trabalhava na época, e disseram que o levariam para um depoimento. Depois de uma manobra de seu chefe, dizendo que só o liberaria após o expediente, Hélio teve tempo de fazer algumas ligações, em que uma foi para seu pai, Hélio Proença Doyle, ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) naquele período. Hélio foi levado ao Pelotão de Investigações Criminais (PIC), do Exército, e entrevistado pessoalmente pelo General Antônio Bandeira. Após ser solto, seu pai lhe contou que estava ouvindo o depoimento em sala ao lado da que acontecia o interrogatório. Situação que só foi possível devido à intervenção de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com os quais seu pai mantinha boa relação. Ele diz se lembrar que houve intervenção dos

⁶ Entrevista presente na documentação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no AN com código de referência: BR RJANRIO CNV.0.DPO.00092000405201470/4. (DOYLE, 2013).

ministros Oswaldo Trigueiro⁷ e Vilas Boas⁸, que inclusive era seu vizinho, e do ministro Gallotti⁹. Sobre o episódio, Hélio ainda afirma que: “naturalmente isso aconteceu por interferência desses ministros do Supremo Tribunal Federal, uma regalia que a gente podia ter aqui em Brasília, em função dessa situação” (DOYLE, 2013).

Algo similar foi relatado pelo jornalista Armando Sobral Rollemberg¹⁰, sobre o episódio em que foi detido em 1973. Ao sair do prédio onde funcionava a revista *Veja* foi preso e encaminhado à garagem do Ministério do Exército, mas antes conseguiu pedir ao motorista da revista que avisasse seu chefe, Pompeu de Souza, de que estava sendo levado à censura. Depois, Armando apurou que Pompeu naquele momento estava com Carlos Castello Branco, diretor do *Jornal do Brasil*, e que juntos começaram a ligar para várias figuras políticas, que intervieram para sua soltura. Soube dos apelos feitos, por exemplo, pelos deputados federais Francelino Pereira e Thales Ramalho, que também eram suas fontes. Assim como, teve o apoio de seu pai, Armando Leite Rollemberg, que na época era ministro do Tribunal Federal de Recursos (TFR) e que conversou pessoalmente com o General Antônio Bandeira, chefe do DPF naquele momento (ROLLEMBERG, 2013¹¹, 2020).

Mesmo existindo tais “regalias”, os jornalistas brasilienses também tiveram suas carreiras afetadas pela perseguição governamental, com episódios de demissões e restrições na atuação profissional, em razão das matérias que publicavam e de suas militâncias políticas. Tanto Hélio Doyle, quanto Armando Rollemberg contam em entrevista que uma das represálias que sofreram foi a não liberação de credenciais para cobrirem alguns órgãos do governo, como por exemplo, o Palácio do Planalto, os ministérios militares e o Itamaraty (DOYLE, 2020; ROLLEMBERG, 2020). Tais restrições aconteceram principalmente em razão das suas atuações políticas, advindas ainda do movimento estudantil, tanto secundarista, quanto universitário.

Hélio conta, por exemplo, que enquanto trabalhava para o jornal *O Estado de S. Paulo*, cobriu sem credenciais o Itamaraty, de julho de 1971, até final de 1972, a partir de um acordo de cavalheiros, chegando a fazer duas viagens internacionais com o ministro

⁷ Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello: ministro do STF entre 1965-1975.

⁸ Antônio Martins Vilas Boas: ministro do STF entre 1957-1966. Portanto, já aposentado na época da prisão de Hélio Doyle.

⁹ Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti: ministro do STF entre 1949-1974.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor em 19 fev. 2020. (ROLLEMBERG, 2020).

¹¹ Entrevista presente na documentação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no AN com código de referência: BR RJANRIO CNV.0.DPO.00092000405201470/3. (ROLLEMBERG, 2013)

Gibson Barbosa¹². Mas, em razão de sua prisão junto com sua esposa na época, começou uma desconfiança sobre ele. Apesar da detenção ter sido para investigações sobre as relações de sua esposa com a organização política Ação Popular, foi o motivo pelo qual, em momento de uma viagem para a África, onde iria acompanhar novamente o ministro, teve sua presença vetada, por estar proibido de voar em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) (DOYLE, 2013, 2020). Foi afastado definitivamente de cobrir o Itamaraty, passando a cobrir o Congresso Nacional, fazendo em paralelo, coberturas internacionais pelo *Estadão*. Em uma destas coberturas foi preso novamente, ao visitar a Associação de Imprensa do Uruguai, em 1973. Com o golpe no governo daquele país, a polícia havia invadido o local e estava detendo todos que ali chegavam. Razão pela qual, a PF solicitou ao jornal que não lhe enviasse mais ao exterior. Outro episódio sobre a emissão de credenciais que Hélio revelou, tem relação com a cobertura que fez na Presidência da República em 1976, onde estava substituindo um colega e teve credencial provisória por um mês, mas quando a *Folha de S. Paulo* pediu credencial definitiva para ele, a mesma lhe foi negada (DOYLE, 2013, 2020).

A negação de credenciais foi um dos processos usados pelo regime militar para coagir jornalistas. Além dos casos de Hélio Doyle e Armando Rollemberg, citados acima, verifica-se que as restrições para cobertura de determinadas áreas do governo foram amplamente usadas com jornalistas que cobriam a política, a partir de Brasília. Em documento do SNI¹³, de 05 de maio de 1980, consta recorte de jornal com matéria do *Jornal de Brasília*, de 01 de abril de 1980, onde o jornalista Carlos Castello Branco, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, questiona a recusa do Ministério do Exército a dar credenciais à jornalista Rosalba Ribeiro da Matta Machado. As credenciais haviam sido solicitadas pela revista *Isto É* recebendo como retorno do chefe da Assessoria de Relações Públicas daquele órgão a recusa sem quaisquer esclarecimentos, dizendo o assessor, que “não tinha justificativas a apresentar”.

Na matéria do *Jornal de Brasília* ainda consta que o mesmo procedimento foi usado com outros jornalistas, tendo também negadas suas credenciais os jornalistas José Seabra Neto, da *Folha de S. Paulo* e Juarez Pires da Silva¹⁴, e Maria Olga Curado do jornal *O Estado de S. Paulo*, que teve cassada sua credencial por publicar matérias que

¹² Mario Gibson Alves Barbosa iniciou sua carreira diplomática em 1939 e foi Ministro das Relações Exteriores entre 1969-1974. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS [FGV], 2009a)

¹³ Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80007626

¹⁴ Na matéria não foi informado o veículo da imprensa em que trabalhava.

desagradavam setores do Ministério. Segundo a reportagem a negativa foi revelada a Maria Olga verbalmente, como era de costume, dizendo que a partir do dia seguinte ela não poderia mais comparecer ao Ministério do Exército. De modo que, para a matéria do *Jornal de Brasília*, a atitude deste Ministério consistiu em “atos arbitrários, a que se habituaram as autoridades, [atitudes que] não correspond[ia]m ao espírito da democratização prometida pelo atual governo”, visando “intimidar os jornalistas credenciados na área, obrigando-os a publicar apenas informações convenientes aos chefes eventuais”.

As violações à liberdade de imprensa e à atuação profissional do jornalista de Brasília iam além das recusas de credenciais pelo governo e se apresentavam com frequência em outros modelos de perseguição e repressão. Em levantamento presente no Relatório Preliminar da Comissão da Memória e Verdade do SJP-DF¹⁵, consta que as restrições identificadas foram:

- a) presença de censores nas redações;
- b) censura prévia de conteúdos jornalísticos (textos e imagens)
- c) confisco de equipamentos ou de conteúdos jornalísticos (fitas, filmes e reportagens);
- d) violação de confidencialidade de correspondência e conversas telefônicas;
- e) violação de conteúdo de reportagens enviadas por telex ou por mala postal;
- f) veto à participação de profissionais na cobertura de determinados eventos ou de áreas do poder público;
- g) vigilância de jornalistas;
- h) pressões psicológicas;
- i) vigilância das ações associativas de iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e do Clube de Imprensa de Brasília;
- j) danificação de equipamentos e de carros de propriedade de profissionais;
- k) pressão sobre as empresas jornalísticas para a demissão ou não contratação de jornalistas;

Nos relatos colhidos pela Comissão da Memória e Verdade do SJP-DF é possível identificar que muitas das perseguições que alguns dos jornalistas sofreram, tiveram relação, principalmente, com suas militâncias estudantis e vinculações políticas. Sendo difícil estabelecer causalidade direta com a atuação profissional. Como por exemplo, as prisões de Hélio Doyle e Armando Rollemberg, que reconhecem que os episódios não

¹⁵ Relatório presente na documentação da CNV, no AN com código de referência: BR RJANRIO CNV.0.DPO.00092000405201470/1

tiveram relação direta com o jornalismo, com exceção da detenção de Hélio no Uruguai (DOYLE, 2020; ROLLEMBERG, 2020). Contudo, também é possível observar casos em que a publicação de determinada matéria desencadeava uma série de reações repressivas.

Repressão pela atuação jornalística

O jornalista José Fábio de Andrade Mendes teria abandonado sua coluna no jornal *Correio Braziliense* por conta da censura, conforme consta no documento do SNI, de 03 de agosto de 1972¹⁶. Este documento mostra o efeito da censura na profissão de um jornalista, a ponto de ter que se demitir em razão dos cortes que sofria, revelando também como o profissional da imprensa era vigiado pelo governo. Pois, o documento faz parte de um dossiê de nove páginas sobre o jornalista. O monitoramento pelos órgãos de repressão foi a violação de direitos mais citada na pesquisa feita pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça e entregue à Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas, representando 32% dos 129 casos de perseguição (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS [FENAJ], n.d.).

As prisões e demissões de jornalistas também fizeram parte do cotidiano destes profissionais em Brasília. Com o governo reprimindo aqueles que publicavam algo que não era do seu agrado. Por exemplo, Carlos Chagas respondeu a três Inquéritos Policiais Militares, enquanto era o diretor da sucursal de Brasília do jornal *O Estado de S. Paulo*. O primeiro foi por uma nota que a sucursal do *Estadão* deu, sobre um jovem médico que havia sido sequestrado por homens encapuzados e que bateram nele no cerrado. No dia seguinte à notícia, um sargento do Comando Militar do Planalto foi à redação e perguntou quem era o responsável pela matéria, recebendo como resposta de Chagas, que não sendo a matéria assinada, a responsabilidade era dele. Pela recusa em entregar o autor da reportagem, Chagas foi preso e encaminhado ao Quartel General do Exército (CATANHÊDE, 1993). Em outro caso, também se recusou a denunciar o autor e as fontes de uma nota sobre a invasão militar da Universidade Brasília, em 1977. Por esse motivo, Chagas foi indiciado novamente em um Inquérito Policial Militar, com base na Lei de Segurança Nacional e na Lei de Imprensa, sendo o processo arquivado posteriormente pela justiça militar (FGV, 2009c).

Em 1975, Luiz Gutemberg também sentiu a repressão do estado, quando foi cercado por agentes, levado a um matagal e pressionado para que confessasse a fonte

¹⁶ Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72048811

de uma matéria. Neste período, Gutemberg trabalhava para o *Jornal de Brasília* e apesar da intimidação, ele não revelou que sua fonte era o filho do General Médici, Roberto (DOYLE, 2013, 2020).

Hélio Doyle conta em entrevista que outro caso em que Gutemberg esteve envolvido diz respeito à matéria sobre o 7 de setembro de 1975. Como o *Jornal de Brasília* não saía na segunda-feira e as comemorações da independência do Brasil foram no domingo, ele solicitou à repórter Elizabeth Teixeira que fizesse uma matéria impressionista, para que o evento não ficasse sem atenção na edição de terça-feira. Em sua matéria, ela relatava dois casos, no primeiro, ela dizia que um almirante havia caído de um cavalo, questionando também o que fazia este almirante, funcionário da Marinha, em um cavalo? No segundo, ela constatava que no fim de tudo restou o lixo na rua (DOYLE, 2013, 2020). Por causa destes apontamentos, os militares encararam sua matéria como uma crítica às Forças Armadas e por isso passaram a pressionar o jornal para que demitissem a repórter. Gutemberg tentou como subterfúgio para evitar a demissão de Elizabeth, a publicação de cartas inventadas, de leitores criticando a matéria, de modo que saísse uma nota de redação pedindo desculpas às Forças Armadas, dizendo que a reportagem havia sido feita com uma equipe em treinamento. Contudo, o Exército não perdoou o jornal e a empresa teve que cortar a jornalista do seu quadro de funcionários. Acontecimento este que seria acompanhado da demissão voluntária de mais de vinte profissionais do *Jornal de Brasília*, em solidariedade à colega e em protesto à medida tomada pelo jornal (DOYLE, 2013, 2020).

Assim como Elizabeth, o jornalista Antônio Carlos Scartezini também foi demitido do jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1977, por causa de uma matéria que fez. Ele publicou reportagem dizendo que o Deputado Federal Sinval Boaventura¹⁷ havia dito a uma fonte sua, que apesar de apoiar abertamente Silvío Frota (Ministro do Exército), na briga pela sucessão presidencial votaria em quem Geisel mandasse, ou seja em Figueiredo (Chefe do SNI naquele momento). Motivo pelo qual, no dia seguinte, o *Estadão* publicou matéria dizendo que o Deputado desmentia o que havia saído e que a sucursal de Brasília concordava que havia cometido um erro, sem sequer consultar Scartezini, mesmo sendo a sua fonte sólida e confiável. O jornalista estava em viagem quando saiu a notícia da retratação do jornal e mesmo antes de retornar a Brasília foi informado que havia sido

¹⁷ Sinval Boaventura foi deputado federal pelo partido Arena, por três mandatos, entre 1967-1975 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, n. d.).

demitido, a pedido do General Silvio Frota, que havia conversado diretamente com o diretor do *Estadão* (SCARTEZINI, n.d.).

As denúncias da mídia sobre os casos de repressão governamental podiam custar caro ao jornalista responsável. Por exemplo, a prisão de D'Alembert Jaccoud, em agosto de 1971, foi o motivo dele deixar de atuar no jornalismo por um tempo. Sua prisão foi por causa de informações que passou ao *New York Times* sobre a morte do ex-deputado Rubens Paiva pelos órgãos de repressão. Em telegrama da Embaixada Americana do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, dos Estados Unidos, de 21 de agosto de 1971¹⁸, há relato de que o correspondente do *New York Times* no Rio de Janeiro, Joe Novitski, foi a Brasília investigar a prisão de D'Alembert. No telegrama constava que apesar de D'Alembert ter sido detido com a acusação de que ajudara a um comunista que queria instalar células terroristas rurais, no Brasil, a suposição de Novitski era de que D'Alembert na verdade tinha sido preso devido às autoridades atribuir a ele ser a fonte das matérias sobre o Deputado Federal Rubens Paiva. Em nova carta da Embaixada Americana do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado, dos Estados Unidos, de 27 de setembro de 1971¹⁹, consta conversa do advogado Claudio Lacombe com o Embaixador Americano de Salvador, Alexander F. Watson. Lacombe dizia que as acusações de que D'Alembert teria estado com um terrorista chileno no apartamento do ex-deputado Márcio Moreira Alves foram conseguidas por meio de confissão assinada por um denunciante que teria sido torturado. Portanto, ele também acreditava que D'Alembert continuava preso por causa das informações que havia passado ao *New York Times* sobre a morte do Deputado Federal Rubens Paiva. A viúva de D'Alembert, Gioconda Metoni, conta em depoimento à Comissão da Memória e Verdade do SJP-DF que:

“a prisão dele se deu por conta dessa matéria do *New York Times*, porque ele contava a prisão da Eunice [esposa de Rubens Paiva] e da menina de treze anos. Porque a Eunice vinha a Brasília para saber notícias e ele acompanhava ela, tentou entregar uma carta para o Médici, que foi uma dificuldade, e conta realmente tudo com detalhes”. (METONI, n.d., p. 82)

Em consequência da prisão, D'Alembert foi demitido do *Jornal do Brasil*, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), onde era redator, e posteriormente

¹⁸ Documento presente no AN com código de referência: BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/240

¹⁹ Documento presente no AN com código de referência: BR RJANRIO CNV.0.RCE.00092000538201527/242

exonerado da *Veja*. Como ele não tinha espaço para trabalhar com jornalismo naquele momento, iniciou ali sua carreira na advocacia (METONI, n.d.). Sobre a demissão de D'Alembert do *Jornal do Brasil*, Scartezini afirma que se manifestou contrário e por isso também foi demitido (SCARTEZINI, n.d.).

Outras demissões também foram denunciadas em matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 13 de agosto de 1980²⁰, onde consta que o jornalista José Seabra Neto se demitiu da *Empresa Brasileira de Notícias* (EBN), por ter sido pressionado pela empresa devido a problemas na coletiva dada pelo Ministro da Previdência Social. Seabra Neto foi apontado como o responsável pela ira do Ministro da Previdência, Jair Soares, contra o Ministro do Planejamento, Delfim Neto. Segundo a matéria ele não foi o causador da questão. Consta também na mesma notícia, outra demissão ligada a cobertura de ministérios. Pois, a jornalista Nadja Barreto também teria sido demitida da EBN por ter questionado o Ministro do Interior, Mário Andreazza, sobre o motivo que levava a exclusão de um antropólogo no projeto Polonoroeste. Visto que, a rodovia ligando Cuiabá a Porto Velho afetaria uma reserva indígena. Nestes casos é demonstrado o quanto o jornalista estava vulnerável em seu emprego, visto que a publicação de qualquer notícia que desagradasse alguém do alto escalão do governo poderia lhe render a demissão de seu posto.

Além das prisões e demissões, a grande imprensa de Brasília também passava por censura prévia. Hélio Doyle relata em entrevista, que enquanto esteve no *Jornal de Brasília* era ele quem recebia os recados do delegado da Polícia Federal, Hélio Romão. Estes recados consistiam em ordens de proibição de divulgação de notícias, chegando ao Hélio Doyle por telex ou por telefone. Doyle conta também que com frequência tomava conhecimento de alguma notícia a partir das proibições da censura e que certa vez teve contato direto com Hélio Romão, quando este foi até a redação do jornal lhe levar uma censura mais importante (DOYLE, 2013, 2020). Um acontecimento local que foi proibido de ser divulgado pela imprensa foi a apuração da morte de Ana Lídia, menina de sete anos que desapareceu de sua escola na Asa Norte, em 11 de setembro de 1973 e teve seu corpo encontrado em cova rasa, próxima à Universidade de Brasília. Pois, no decorrer das investigações, os filhos do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid e do Senador Eurico Resende passaram a ser investigados como suspeitos pelo crime (FERREIRA, 2019). Hélio Doyle conta que todos os jornais locais foram proibidos de falar no caso e mesmo

²⁰ Encaminhamento n. 36/19/AC/80, do SNI – Agência Central, de 19 de agosto de 1980. Presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.80009693

enviando repórteres para as audiências, sabiam que não poderiam publicar nada a respeito (DOYLE, 2020). Os jornalistas do Correio do Planalto (CP), Murilo Murça e Mário Eugênio disseram que a primeira vez que o CP teve problemas com a censura foi a partir da proibição de quadrinhos do Siroba²¹ sobre o caso Ana Lúcia. Em entrevista cedida à edição n. 1 do *Cidade Livre*, de março de 1977, eles ainda informam que outra censura sofrida pelo CP foi a proibição das meninas nuas que saíam na primeira página de todas as edições (GURGEL, 2011).

Outra forma que o governo tinha de pressionar a imprensa era através do controle de publicidade.

O bloqueio das receitas publicitárias poderia ser feito de diversas maneiras.

Se uma publicação dependesse de forma direta de anúncios do governo, eles podiam simplesmente ser suspensos. Se uma publicação tivesse conseguido minimizar o uso da publicidade do Estado, então o regime podia pressionar os anunciantes privados a cancelarem seus anúncios. Virtualmente qualquer empresa era vulnerável a tais medidas. Com essas táticas, o regime podia atingir tanto a grande imprensa quanto a alternativa. (SMITH, 2000, p. 78)

Neste contexto, o SNI fazia circular, principalmente no início dos anos 1980, uma lista de veículos da imprensa em que não era recomendada a difusão de publicidade, anúncios e atos oficiais, por parte de entidades da Administração Pública Federal. Pois, estas revistas e jornais se caracterizavam pela “divulgação de temas hostis ao Governo, pela publicação de assuntos atentatórios a moral e aos bons costumes, bem como por apoiarem ações de movimentos de ideologias extremistas e contrários aos interesses nacionais”²². Nesta relação do SNI, os veículos eram separados por estado e por cidade, e daqueles que eram do Distrito Federal, estava a *Folha Trabalhista*, incluída neste rol em 23 de junho de 1981²³, com a alegação de que era uma “publicação sem periodicidade definida, que se intitula[va] indevidamente, órgão das classes trabalhadoras e das Forças Armadas”. Em 03 de agosto de 1983²⁴, o *Jornal dos Estados* também passou a figurar nesta relação, pois o veículo “contesta[va] o regime e ataca[va] os militares”.

²¹ Cartunista Silvio Roberto de Farias.

²² Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL.82002325

²³ Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81016551

²⁴ Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.83035539

O controle da publicidade governamental também foi usado pelo Governo do Distrito Federal (GDF), no intuito de influenciar a mídia ao seu favor. O jornal *Cidade Livre* denunciava na sua edição número 1, de março de 1977, que:

(...) o atual Governador do Distrito Federal controla a divulgação de notícias a seu respeito na imprensa local através de sua verba de publicidade: se um jornal publica notícias que contenham críticas à atuação de qualquer órgão do Governo, este lhe corta a sua publicidade, até que o dito jornal se redima, publicando uma notícia elogiosa a respeito de mais uma obra de fachada anunciada pelos “nossos” governantes. (GURGEL, 2011, p. 127)

No Relatório da FENAJ também foram apresentados alguns casos de tortura física e psicológica a jornalistas. D’Alembert Jaccoud sofreu tortura psicológica e Romário Schetino e Alexandre Ribondi sofreram torturas físicas. Em entrevista à Comissão da Memória e Verdade do SJP-DF, Armando Rollemberg também relata as violências físicas que sofreu durante a sua prisão, já relatada aqui. Ao D’Alembert faziam ameaças de morte, encenando falso fuzilamento, engatilhando as armas (METONI, n.d.). Apesar de Romário Schetino ainda não ser jornalista quando sofreu tortura, seu depoimento junto de outros revela que esta barbárie acontecia a poucos metros do Palácio do Planalto, nos Ministérios do Exército e Marinha. Entre as técnicas de crueldade houve relatos de espancamento, varetas sendo batidas nas canelas para que as pessoas ficassem sempre em pé, roleta russa e choques nas mãos e nos testículos (RIBONDI, n.d; ROLLEMBERG, 2013; SCHETINO, n.d.).

Houve resistência?

Mesmo com a repressão sobre a grande mídia, matérias que iam de encontro com os interesses governamentais saíam deliberadamente. Configurando-se em momentos de resistência dos profissionais da imprensa. Pois, mesmo estando conscientes que poderiam sofrer retaliações, alguns jornalistas se arriscavam ao publicar denúncias de prisões políticas e torturas. Enquanto estava no *Jornal de Brasília*, Hélio Doyle relata em entrevista que ajudou a burlar a censura em duas ocasiões. Na primeira foi feita uma nota sobre a prisão de Honestino Guimarães²⁵ e na segunda, o jornal noticiou a prisão de

²⁵ Foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi preso em 1973 e desde então nunca mais foi visto (União Nacional dos Estudantes [UNE], 2015).

Marco Antonio Tavares Coelho²⁶. Segundo ele, a primeira notícia não lhe deu problemas, mas por causa da segunda matéria respondeu a processo pela Lei de Segurança Nacional, que posteriormente foi revertido para a Lei de Imprensa e prescreveu (DOYLE, 2013). Hélio reconhece que do ponto de vista empresarial era uma irresponsabilidade publicar estas notícias, pois sabia que iria dar confusão, mas que eles assumiram o risco mesmo assim (DOYLE, 2020).

Armando Rollemberg também relatou outro caso de matéria contrária aos interesses governamentais publicada intencionalmente. Pois, enquanto estava no *Correio Braziliense* fez sair uma reportagem com a primeira lista de torturadores da Ditadura Militar. Motivo pelo qual, foi repreendido a não fazer mais isso sem consultar seus superiores. Contudo, ele também disse que não teve maiores complicações por causa desta matéria (ROLLEMBERG, 2020).

No livro *Brasil: nunca mais*²⁷ é apresentado outro caso de publicação deliberada contra o governo militar. O que ocorreu ao jornalista José de Arimatéia Gomes Cunha destaca-se por se tratar de uma perseguição do governo a um profissional que era “notoriamente identificado com o Regime Militar e propagandista de suas realizações” (BRASIL: NUNCA MAIS, 1985, p. 146). Na coluna *Visto, lido e ouvido*, do *Correio Braziliense*, de 05 de março de 1972²⁸, Ari Cunha denunciou as torturas sofridas por Hecilda Mary Veiga Fonteles de Lima em Brasília, realizadas quando ela estava grávida. Por este motivo, Ari Cunha teve que responder a um processo na Justiça Militar, por crime contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social. Posteriormente, foi absolvido das acusações.

As associações profissionais dos jornalistas de Brasília também foram cenários de perseguição à classe, assim como foram palcos para momentos de resistência à repressão governamental. O Clube da Imprensa, apesar de vinculado ao SJP-DF, tinha sua imagem separada deste e por isso passou a ser usado como lugar de reunião dos jornalistas. Moacir de Oliveira contou em entrevista que por volta de 1977, o Clube da Imprensa foi retomado, tornando-se um lugar de debates, com espaço aberto a partidos políticos e manifestações culturais, motivos pelos quais levou à vigilância do local e à perseguição

²⁶ Ex-Deputado Federal, foi membro do PCB e preso em 18 de janeiro de 1975, sendo torturado no DOI do II Exército, de São Paulo (FGV, 2009b).

²⁷ Documento presente no AN com o código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.85051211

²⁸ Recorte disponível dentro do processo judicial disponibilizado pelo projeto *Brasil: nunca mais*, com código BNM 417. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf/>. Acesso em: 04 abr. 2020.

de seus frequentadores (OLIVEIRA, n.d.). Havia frequentes ameaças de bomba e na via que dava acesso ao clube foram jogados artefatos pontiagudos para perfurar os pneus dos carros que ali passavam durante a Feira das Possibilidades, evento em que teve uma série de debates. Moacir conta também, que em outras ocasiões, colocaram açúcar nos tanques de gasolina dos carros daqueles que estavam reunidos no clube (OLIVEIRA, n.d.). Hélio Doyle relata também os mesmos casos de Moacir e ainda acrescenta o episódio em que passaram no Clube da Imprensa um filme de Renato Tapajós, sobre as greves do ABC Paulista, em que a PF entrou e apreendeu o filme ao final da exibição (DOYLE, 2013, 2020).

O Clube da Imprensa também foi o local onde o bloco carnavalesco Pacotão foi idealizado, em 1977. O Pacotão saiu nas ruas pela primeira vez no carnaval de 1978, tomando um tom político a partir de 1979, tanto nas suas marchinhas, quanto nas faixas que traziam seus participantes. Começou pequeno, com a participação de cerca de 100 pessoas no primeiro encontro e chegou a contar com 50 mil pessoas nas Diretas Já. O bloco sofria com repressão indireta, com a infiltração de agentes do SNI, que pegavam as faixas de protesto. Em certo período veio um recado informal do SNI, pelo Secretário de Comunicação do GDF, dizendo que eles não iriam reprimir o Pacotão, desde que não tivessem ofensas ao presidente e a primeira dama (OLIVEIRA, n.d.). Naquele momento estava no poder o General João Baptista de Oliveira Figueiredo.

No Conselho Superior de Censura também foi possível identificar momentos de resistência à censura pelos profissionais da imprensa. Pois, em 1979, o Conselho se tornou uma instância revisora da censura, contando com a participação de representantes da sociedade civil nas decisões (NAPOLITANO, 2014). Neste processo governamental de tentar dar legitimidade ao processo censório, Armando Rollemberg participou do Conselho como membro suplente de Pompeu de Souza, ambos como representantes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ele relatou que os dois aceitaram participar para trabalharem "como a anticensura", ou seja, no intuito de evitar que algo fosse censurado (ROLLEMBERG, 2020). O efeito desta atitude pode ser observado no documento enviado pelo Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, para o General Newton Cruz, chefe do SNI, em 08 de julho de 1980, em que dizia:

Até a presente data, o Conselho Superior de Censura não interditou a exibição de qualquer película cinematográfica. A decisão final sobre a exibição dos filmes, seja em sua versão integral, seja mediante corte de cenas, tem sido cometida ao Ministro da Justiça, em grau de recurso, pelo voto contrário, prolatado em alguns casos, pelo representante deste Ministério no Conselho, Dr. Octaciano Nogueira.

A extrema liberalidade do Conselho Superior de Censura decorre das seguintes causas:

a) a atitude liberatória de parte dos membros do Conselho, representantes dos setores de comunicação²⁹; (Grifo do autor)

Com os casos apresentados até aqui foi possível observar a repressão sobre a grande imprensa de Brasília durante o governo militar, com o uso de diversos meios para tentar controlar, manipular e intimidar a criação e circulação de notícias. Mas, mesmo sob forte controle do estado, também foram identificados casos em que vários jornalistas resistiram às perseguições, tanto na atuação profissional, quanto a partir das suas relações e atuações políticas.

Considerações Finais

A repressão do governo militar sobre a imprensa de Brasília e seus profissionais se deu de forma difusa e variada, de modo condizente com o que ocorreu em nível nacional, conforme descrito por Smith (2000). O levantamento feito nesta pesquisa identificou na documentação analisada, casos de violações à liberdade de imprensa que vão ao encontro dos relatos colhidos pela Comissão da Memória e Verdade do SJP-DF, reforçando os dados conseguidos, principalmente sobre: veto à participação de profissionais na cobertura de determinados eventos ou de áreas do poder público, vigilância de jornalistas, pressão sobre as empresas jornalísticas para a demissão ou não contratação de jornalistas e processos judiciais pela Lei de Segurança Nacional. Somando-se ainda aos casos de repressão aos meios de comunicação de Brasília: a identificação de censura moral, da relação privilegiada de determinados veículos com a DCDP e do bloqueio de verbas publicitárias governamentais. A censura prévia também estava presente nas redações de Brasília, chegando as ordens via telex ou telefone, de modo similar ao que aconteceu a outros jornais e revistas por todo o país.

Apesar da repressão enfrentada pelos veículos de imprensa e jornalistas de Brasília, também foram identificados atos de resistência ligados diretamente à atuação jornalística. Contudo, verifica-se também que estes casos aconteceram de forma esporádica e não organizada entre os profissionais da imprensa, ou mesmo entre as empresas jornalísticas. Mesmo assim, foram levantados casos de demissões voluntárias em razão da censura e em solidariedade e protesto por demissões de outros colegas,

²⁹ Documento presente no AN com o código de referência: BR DFANBSB V8, MIC.GNC.AAA.80010652

forçadas pelo governo. Assim como, existiram publicações deliberadas de coisas que sabidamente não agradaria aos militares. Muitos dos jornalistas de Brasília exerciam sua resistência a partir da militância política, participação na imprensa alternativa e na participação ativa nas organizações da classe.

Referências

- BERG, C. (2019). Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar. (2a ed.). Rio de Janeiro: Autografia.
- BRASIL: NUNCA MAIS (1985). (3a ed.). Petrópolis: Vozes.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS [n.d.]. Sinval Boaventura: biografia. Brasília: Câmara dos Deputados. Recuperado em 10 abril, 2020, de <https://www.camara.leg.br/deputados/131618/biografia>.
- CARNEIRO, M. L. T. (Org.) (2002). Minorias silenciadas. São Paulo: Edusp.
- CATANHÊDE, E. (1993). Sucursais: informando o Brasil. In Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (Coord.). Jornalismo de Brasília: impressões e vivências (pp. 78-91). Brasília: Lantana Comunicação.
- DOBERSTEIN, J. M. (2007). As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 05 novembro, 2019, de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13815/000651661.pdf?sequence=1>.
- DOYLE, Hélio Marcos Prates (2013, abril 29). Decupagem: Hélio Marcos Prates Doyle: entrevista. Entrevistador: Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal,. 1 arquivo .pdf (15 p.).
- DOYLE, Hélio Marcos Prates (2020, março 13). Hélio Marcos Prates Doyle: entrevista. Pesquisador: Raphael Diego Greenhalgh. 1 arquivo .m4a (73 min.).
- FARIA, M. I., & Pericão, M. G. (2008). Dicionário do livro: da escrita o livro eletrônico. São Paulo: Edusp.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (n.d.). Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>.

- FERREIRA, A. (2019, setembro 21). Caso Ana Lúcia: Crime que chocou Brasília completa 46 anos cercado de mistérios; relembre. G1 Distrito Federal. Recuperado em 11 abril, 2020, de <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/09/21/caso-ana-lidia-crime-que-chocou-brasilia-completa-46-anos-cercado-de-misterios-relembre.ghtml>.
- FICO, C. (2002, dezembro). "Prezada Censura": cartas ao regime militar. Topoi, pp. 251-286. Recuperado em 30 março, 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2009c). Carlos Chagas: verbete. Recuperado em 13 abril, 2020, de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-chagas>.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2009b). Marco Antonio Tavares Coelho: verbete. Recuperado em 13 abril, 2020, de <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-tavares-coelho>.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. (2009a). Mario Gibson Alves Barbosa: verbete. Recuperado em 06 abril, 2020, de <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mario-gibson-alves-barbosa>.
- GOULART, S. (1990). Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero.
- GURGEL, A. P. (2011). Jornal da década de 70. Vitória: Pro Texto.
- LIMA, V. A. (1993). Jornalismo oficial: a imprensa em Brasília. In Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (Coord.). Jornalismo de Brasília: impressões e vivências (pp. 14-23). Brasília: Lantana Comunicação.
- MARTINS, A. L. (2008). Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp.
- METONI, G. (n.d). Depoimento. In Federação Nacional dos Jornalistas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>.
- NAPOLITANO, M. (2014). 1964: história do regime militar brasileiro. São
- NUNES, T. T. (2010). Liberdade de imprensa no império brasileiro: os debates parlamentares (1820-1840). Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo,

São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 30 março, 2020, de
http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19072010-145527/publico/2010_TassiaToffoliNunes.pdf.

OLIVEIRA, M. (n.d.). Depoimento. In Federação Nacional dos Jornalistas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

RIBONDI, A. (n.d.). Depoimento. In Federação Nacional dos Jornalistas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>.

ROLLEMBERG, Armando Sobral (2020, fevereiro 19). Armando Sobral Rollemberg: entrevista. Entrevistador: Raphael Diego Greenhalgh. 1 arquivo .m4a (216 min.).

ROLLEMBERG, Armando Sobral (2013, abril 29). Degravação: Armando Sobral Rollemberg. Entrevistador: Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. 1 arquivo .pdf (06 p.).

SCARTEZINI, A. C. (n.d.). Depoimento. In Federação Nacional dos Jornalistas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>.

SCHETINO, R. (n.d.). Depoimento. In Federação Nacional dos Jornalistas. Relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas: FENAJ. Brasília: FENAJ. Recuperado em 08 abril, 2020, de <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>.

SMITH, A.-M. (2020). Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (2015). Honestino Guimarães. Recuperado em 13 abril, 2020, de <https://une.org.br/presidentes/honestino-guimaraes/>.

ABSTRACT:

The censorship in the Military Dictatorship originates from the repression institutionalized processes against the press in the Estado Novo. In the military government, in addition to prior censorship, there was also a diffuse repression on the media using methods such as: surveillance, harassment and punishment of journalists and coercion of the media from tax audits and control of government advertising, among others ways. In this context, the present work has as main objective to analyze the great press relationship of Brasília, of the biggest vehicles of the local press and the journalists based in the city with the census system of the military regime. From an exploratory and descriptive research, with a qualitative approach, it was made a documentary analysis of the materials present in archives, truth commissions and interviews with journalists. It was found that despite the repression of the great press in Brasília, there were also resistance initiatives.

KEYWORDS: Censorship; Great press; Brasília; Military dictatorship; Freedom of the press.

La censura en la Dictadura Militar tiene su origen en los procesos de represión contra la prensa institucionalizada en el Estado Novo. En el gobierno militar, además de la censura previa, también hubo una represión generalizada a los medios de comunicación, ejercida con base en métodos como: vigilancia, hostigamiento y castigo a periodistas y coacción de vehículos de prensa basada en auditorías fiscales y control publicitario gubernamental. entre otros medios. En este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo principal analizar la relación de la gran prensa nacional presente en Brasília, de los mayores vehículos de la prensa local y de los periodistas radicados en la ciudad, con el aparato de censura del régimen militar. A partir de una investigación exploratoria y descriptiva, con un enfoque cualitativo, se realizó un análisis documental de los materiales presentes en archivos, comisiones de la verdad y entrevistas con periodistas. Se encontró que a pesar de la represión de la prensa dominante en Brasília, también hubo iniciativas de resistencia.

PALABRAS-CLAVES: Censura; Gran prensa; Brasília; Dictadura militar; Libertad de prensa.